



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 115/XII/2.ª SL

Aos seis dias do mês de março de 2013, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 114;
2. Votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2011
Deputado relator: Nuno Sá (PS);
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Pacote de Emprego Jovem:
 - a. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES
- Ajudar à transição dos jovens para o emprego [**COM(2012)727**];
 - b. COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES
- Um quadro de qualidade para os estágios (Segunda fase da consulta dos parceiros sociais a nível europeu ao abrigo do artigo 154.º do TFUE) [**COM(2012)728**];
 - c. Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude [**COM(2012)729**]
Deputada autora do parecer: Joana Barata Lopes (PSD);
4. Deliberação a respeito do escrutínio da seguinte iniciativa europeia (análise da conformidade com o princípio da subsidiariedade, a remeter à CAE até dia 8 de abril):
 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 92/58/CEE, 92/85/CEE, 94/33/CE e 98/24/CE do Conselho e a Diretiva 2004/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a fim de as adaptar ao Regulamento (CE) n.º 1272/37 relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas [**COM(2013)102**]
Deputado relator: GP PSD
5. Outros assuntos.

Previamente à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, informou que a data da próxima audição regimental do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social passou para dia 27 de março, pelas 10 horas, em virtude de no dia 12 terem lugar as jornadas parlamentares do BE.

De seguida, pôs à consideração dos Senhores Deputados a ata n.º 114, relativa à reunião de 27 de fevereiro, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS), que, na anterior reunião, já tinha apresentado de forma detalhada o parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2011, ainda aduziu as seguintes considerações: Relativamente ao quadro 4 – Despesa pública com pensões em % do PIB -, na página 8, disse que importa comparar a situação de Portugal com a dos demais Estados-Membros em 2060. Assim, a 12,7% contrapõem-se 12,9% à média europeia dos 27, sendo muito superior o valor registado na zona euro, que é de 14,1%. Pode pois concluir-se que a situação de Portugal, no que diz respeito à despesa pública com pensões, de acordo com as previsões, será melhor.

Já quanto ao quadro 2 – População ativa, emprego e desemprego -, na página 7, em que se verifica um agravamento da taxa de desemprego, importa sublinhar que, até 2010, era verificada de forma presencial e que, a partir de 2011, passou a sê-lo telefonicamente, o que teve necessariamente reflexo nos dados obtidos.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) usou da palavra para sublinhar que o sentido de voto do GP do PSD favorável não sofre alteração em virtude de as observações produzidas serem de índole política. Adiantou que, no âmbito da problemática das pensões, importa cruzar duas variáveis: as questões do envelhecimento da população e do desemprego, que são muito complicadas.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) saudou o relator e constatou o seguinte facto: a recessão económica foi o fator que mais contribuiu para o estado das contas públicas da segurança social. Não obstante, o saldo da segurança social foi de 725 Milhões de Euros, o que demonstra a sua robustez.

Do mesmo modo, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) considerou bastante bem elaborado o relatório em apreço, que põe em evidência uma série de factos relevantes. Relativamente à taxa de desemprego e ao novo método utilizado, confirmou que a sua introdução foi bastante controversa.

Submetido à votação, foi o parecer sobre a Conta Geral do Estado para 2011 aprovado por unanimidade.

Entretanto, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Deputado Mário Ruivo (PS).

No terceiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou de forma bastante detalhada o parecer sobre o “pacote de emprego jovem”.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) usou da palavra para felicitar a relatora pelo trabalho e capacidade de síntese. Contudo, pela importância política do tema, disse que não podia deixar de fazer algumas considerações no sentido de que se devia ir mais longe e olhar para a realidade portuguesa fazendo referência, por exemplo, aos números do desemprego jovem em Portugal. Por outro lado, lembrou que, na Assembleia da República, já foi apresentado um projeto de resolução sobre a garantia europeia para a juventude e concluiu dizendo que Portugal ficaria a ganhar se fosse feita referência ao facto de que a referida garantia europeia para a juventude tem de ter o correspondente envelope financeiro, sob pena de se ficar apenas pelas palavras.

Do mesmo modo, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) agradeceu o excelente relatório produzido sobre uma matéria extensa e complexa e relevou a capacidade de síntese da relatora. Opinou que a elevada taxa de desemprego de que Portugal sofre está a ser aproveitada pelos países da Europa central para beneficiarem, por via da emigração forçada, de mão-de-obra altamente qualificada e jovem. Daí que, se relativamente aos estágios, é proposta a criação de regras unitárias uniformes, entende que impende a obrigação de o Parlamento ser mais incisivo nas suas recomendações sublinhando que Portugal, como país da periferia, deve ter um tratamento diferenciado.

Respondendo às observações feitas, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) lembrou que o parecer não incide sobre iniciativas legislativas o que não invalida que aquela comissão parlamentar não possa dar a sua opinião a respeito da matéria. Sugeriu inclusivamente que a comissão possa ter uma discussão sobre que tipo de conclusões devem ser adotadas, quer de forma casuística, conforme a matéria, quer como orientação genérica, até para futuras situações. Esclareceu que o parecer incide sobre iniciativas datadas, que se reportam a setembro de 2012, quando a taxa de desemprego jovem em Portugal era de 35,2%, e que tentou não partidarizar as iniciativas apresentadas quaisquer que elas fossem.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) usou de novo da palavra para reforçar o que, em sua opinião, poderia constar das conclusões, começando desde logo por ser feita referência à situação dos Estados-Membros sob ajuda financeira e com elevados índices de desemprego. Importaria igualmente realçar a importância do necessário investimento financeiro; que Portugal tem uma taxa de desemprego jovem elevada e que o Parlamento está preocupado com o desemprego jovem.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) disse então que incluirá, nas conclusões, uma chamada de atenção para a importância do financiamento, o que terá como consequência que a respetiva votação tenha apenas lugar na próxima reunião da comissão.

A respeito do quarto ponto da Ordem do Dia foi consensualizado produzir uma nota de não escrutínio, da responsabilidade do Senhor Deputado Carlos Sousa e Silva (PSD), por se entender que a iniciativa europeia em causa não tem uma relevância especial.

Em outros assuntos, o Senhor Vice-Presidente informou que a próxima reunião ia ser agendada para o dia 13 de março (quarta-feira), pelas onze horas e trinta minutos, e lembrou que o Grupo de Trabalho do PJI 142/XII (ILC) reúne às catorze horas e trinta minutos e que o Grupo de Trabalho da Economia Social reúne após Plenário.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas treze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 13 de março de 2013.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 06 de março de 2013

Folha de Presenças

(Ata n.º 115/XII/ 2.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Adriano Rafael Moreira
Arménio Santos
Artur Rêgo
Carlos Silva e Sousa
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
Joana Barata Lopes
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Nuno Sá
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Miguel Laranjeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês Teotónio Pereira
Sónia Fertuzinhos

